

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Aveilas Japida, 168 : rector | 1887 | 84.510.271 /888] - 15 - 122 | 18.320.888 | 1002 | 1311 - 1322 | 122. 122. 122. 122. 122. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1232. 1232 | 1

CONSULTA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 007/2020

EMENTA: Projeto de Lei nº 016/2020. Autoria. Poder Executivo. Dar Destino Final. Equipamentos de Informática Inservíveis. Sucateados e Não Aproveitáveis. Analise. Tramites legislativo. Aprovação. Reprovação. Fundamentação Jurídica. Possibilidade. Existente.

1 - DOS FATOS

Foi efetivada uma consulta ao setor jurídico sobre a seguinte situação in verbis: Projeto de Lei que dispõe sobre; "Dar Destino Final a Equipamentos de Informática Inservíveis, Sucateados e Não Aproveitáveis e dá outras providências", nos termos da Legislação pátria e local.

I - Projeto de Lei nº 016 de 11 de Dezembro de 2020, de Autoria do Poder Executivo Municipal, representando pelo Sr. Isaac de Souza Lima, Prefeito, que; "Dar Destino Final a Equipamentos de Informática Inservíveis, Sucateados e Não Aproveitáveis e dá outras providências".

O presente parecer delineará sobre a legalidade e os procedimentos legislativos que devem ser observados na tramitação projeto de lei, até sua aprovação em plenário, respeitando a competência legislativa, diante da matéria em projeto, há bem de seu procedimento, nessa casa legislativa.

Cumpre destacar que, a legislação a ser respeitada, se volta para a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica de Mâncio Lima - Acre e as Leis Locais.

Nesta feita, a melhor resposta estar fundamentada na legislação pátria e local.

É o relatório, passa a fundamentar;

10



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CÁMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Avenida Caulia, 155 - Cantan - Mari Gr. 519.200 / Aven - 18 - 1822 80.200.000 Punas (48) 8342 - 1135, 0001 (68) 3342 - 1135, Wheels line - 85

ASSESSORIA JURÍDICA

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, devemos deixar consignado que realizaremos somente a análise referente ao aspecto legal da presente propositura, não sendo de nossa alçada tecer qualquer manifestação referente a assuntos técnicos ou mesmo qualquer outro que diz respeito à abrangência do projeto.

Neste toar, necessário se faz observar o que diz a CF/88, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara a respeito da propositura das leis.

Vejamos o que diz o Art. 61 da CF/88 sobre o tema.

"Art. 61 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; (...)."

Como se percebe a iniciativa das leis obedece a uma competência legislativa para sua propositura. E assim sendo, todos os entes federativos devem se submeter e respeitar tais procedimentos.

Nesse contexto é o Arts. 48, 50 e 72 da Lei Orgânica Municipal, e do Art. 38 do Regimento Interno da Câmara de Mâncio Lima - Acre. Senão vejamos:

Lei Orgânica Municipal:

"Art. 48 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

(...);

III - leis ordinárias;

(...);

Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cube a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco) por cento do total do número de eleitores do Municipio.

Art. 72 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: I - a îniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica; (...);"

Regimento Interno da Câmara:

"Art. 38 - São atribuições do Plenário:

(...);



PODER LEGIBLATIVO MUNICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Avenue Septim, 150 - restro - DEG 01,510,277 /0003 - 18 -- CESS 85.880,500 Franci (65: CES) - TINE, FRANCI CES 1111 - 1121, Marcis Linu - Ac

ASSESSORIA JURÍDICA

XIV - estabelecer normas de política administrativa, nas matérias de competência do municipio; (...)."

Cabe agora discorrermos sobre a competência legislativa, no âmbito Municipal.

No que tange a competência legislativa no âmbito do Município, essa está restrita ao que discorre o Art. 30 da CF/88 e o Art. 16 da Lei Orgânica Municipal, diz:

Constituição Federal de 1988;

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Lei Orgânica Municipal;

"Art. 16 - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bemestar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições: I - legislar sobre assuntos de interesse local; (...);

Desta feita, as competências no âmbito da legislatura, estão abraçadas pela legislação pátria, bem como pela legislação local (Lei Orgânica) e (Regimento Interno) da Câmara. Assim cumpre analisar o projeto, conforme delineado anteriormente, para desenvolver a sua tramitação e legalidade.

Analisando os procedimentos, verifica-se que o Projeto de Lei nº 016 de 11 de Dezembro de 2020, de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pelo Sr. Isaac de Souza Lima, Prefeito, que; "Dar Destino Final a Equipamentos de Informática Inservíveis, Sucateados e Não Aproveitáveis e dá outras providências", deve seguir sua tramitação.

Cumpre destacar que, o Projeto de Lei em analise, encontra-se acompanhado pelos pareceres formulados pela Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação, e os pareceres da lavra da Comissão de Orçamento e Finanças, no que preconiza o Art. 57, § 1°, Art. 58, VI c/c o Art. 118, ambos do Regimento Interno do Legislativo Municipal.

Diante dos fatos, tem-se que, a legalidade da propositura do projeto em apreço, estar em consonância com as normas locais acima delineadas.

"Art. 58. Compete a Comissão de Orçamento e Finanças opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

VI - proposições que acurretam em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;

(...)."



PODER LEGISLATIVO MENTICIPAL CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Security Septim, 150 | Section - 1885 98.516.275 (2001) | 12 - 222; 86.885,000 F/cm; (62) 5243 - 1102, 5222 (00) 5442 : 1102, 5224 - 52

ASSESSORIA JURÍDICA

Desta feita, detecta-se que, a iniciativa do Projeto de Lei encontra amparo legal nos Arts. 16, 48, 50 e 72 da LOM c/c o Arts. 38 e 598 e demais dispositivos do Regimento Interno.

Assim, o Projeto de Lei nº 016 de 11 de Dezembro de 2020, está em consonância com a legalidade pátria e local, no que concerne a competência legislativa e sua iniciativa, ou seja, se encontra no arcabouço legislativo municipal, e apto a se submeter às tramitações de praxe, para sua análise em plenário.

Ressaltamos que o presente parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões. No entanto, recomendamos a Mesa Diretora da Câmara Municipal, a proceder com as tramitações legislativas nos termos referendados pelo seu próprio Regimento Interno, a bem de que o presente Projeto de Lei tenha seu tramite legal, sobre o crivo da Lei.

3 - CONCLUSÃO

Confrontando o expediente com a legislação pátria e local, concluímos que o projeto em apreço está apto a proceder com as tramitações legislativas de praxe, nos termos do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, e em condições de ser apresentado para votação, pois não existem obstáculos em sua iniciativa, e nem em sua competência, e consequentemente se encontra qualificado para ser apreciado em plenário.

É o parecer, e como opinamos,

Salvo melhor juízo, que submeto a autoridade competente.

Mâncio Lima - Acre, 17 de Dezembro de 2020.

Francisco Eudes da Silva Brandão

Assessor Judico OAB/AC 4.011